

APRESENTANDO O NEO-INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO COMO MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE NAS CIÊNCIAS HUMANAS

José Elias Domingos Costa MARQUES*

Esta comunicação objetiva apresentar os preceitos teóricos do neo-institucionalismo, especificamente o institucionalismo histórico, enquanto modelo de referência nos estudos de política histórica comparada. O pressuposto inicial do institucionalismo é creditado ao papel das instituições enquanto agentes que delimitam e afetam o comportamento dos atores sociais no desenrolar da construção histórica.

A corrente neo-institucionalista apresentou-se como uma resposta aos modelos comportamentalistas (behavioristas) e pluralistas que imperavam na Ciência Política até a década de 70. Estas correntes teóricas germinaram nas Ciências Sociais em geral no período pós-guerra, subalternizando o papel das instituições influenciando diferentes processos sociais (vistas não mais como agentes, mas resultados de encadeamentos estruturais) e procedimentos de compreensão política.

Para os institucionalistas, a ação social estaria condicionada a influência das instituições, e não somente pela soma de preferência os atores (repouso da crítica ao behaviorismo). As abordagens estritamente holísticas também seriam alvos dos neo-institucionalistas, pois estes rejeitavam a atribuição a uma determinada estrutura social a força causal de todas as situações sociais. O institucionalismo seria uma alternativa na compreensão das ações dos indivíduos e suas manifestações coletivas.

Os estudos políticos institucionalistas no período pós-segunda guerra sofreram um revés, uma vez que a ascensão das teorias de grande alcance que estavam em evidência. Daí a menção ao termo “neo” como referência a este hiato acadêmico sofrido pelos estudos institucionalistas.

Nos estudos institucionais, predominam três métodos diferentes de análise: o institucionalismo sociológico, o institucionalismo histórico e o institucionalismo da escola racional. Existem profundas diferenças entre os modelos mencionados. Entretanto, é consenso nas três correntes de análise os seguintes pontos: 1 -) as normas e os procedimentos operacionais influem no resultado positivo, uma vez que estruturam o

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Membro do grupo de pesquisa “elites, instituições e mediação política”, vinculado ao CNPQ e liderado pela Prof. Dra. Maria do Socorro Braga (USP – UFSCar).

comportamento político e moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores em selecionar preferências; 2-) as instituições moldam a política e são moldadas pela história, podendo os indivíduos escolher suas instituições, mas não o fazendo em circunstâncias que eles mesmo criaram.

O institucionalismo histórico, objeto de análise nesta comunicação, basicamente define instituições como sendo os protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes a estrutura organizacional da comunidade política. Para os teóricos desta vertente, a assimetria do poder, que gera os conflitos (e conseqüentemente as mudanças) é associada ao desenvolvimento e funcionamento das instituições.

O desenvolvimento institucional privilegiaria as trajetórias (Path Dependency), vinculando-se sempre a uma concepção particular do desenvolvimento histórico. Acontecimentos em um determinado contexto histórico gerariam e determinariam resultados e acontecimentos sociais e políticos futuros, tanto nos países como nas instituições. Mudanças de trajeto são decorrentes de mudanças institucionais. É uma concepção ampla, que mescla elementos culturalistas e calculadores, na forma de observar os fenômenos. Um exemplo são as constantes buscas de indícios e razões, por parte dos pesquisadores desta vertente, em arquivos históricos, trabalhando dados conceituais através da indução.

Neste caso, o institucionalismo histórico privilegia justamente a história como elemento moldado pelas instituições, estas que, por sua vez, redefinem este contexto deliberando a posições dos atores sociais. A história importa. Especialmente quando conhecemos o papel das instituições delimitando trajetórias de ação e contextos político-históricos específicos.

BIBLIOGRAFIA

HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. (2003) “*As três versões do neo-institucionalismo*”. In Lua Nova Revista de Cultura e Política, nº 58, pp.193-223.

PUTNAM, Robert. (1999) “*Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*”. RJ Editora FGV.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen & LONG-STRETH, Frank. (1997), *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.

THÉRET, Bruno. (2003) “*As instituições entre as estruturas e as ações*”. In: Lua Nova, nº58, pp225-255.